



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

RESPOSTA

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Processo nº: 0029.108867/2022-16- SEDUC

Objeto:

Contratação de outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, tem como objetivo suprir à **581** (quinhentos e oitenta e um) postos de serviços, visando atender **257** (duzentos e cinquenta e sete) Unidades Escolares do Estado de Rondônia, sob a responsabilidade das Coordenadorias Regionais de Educação de Alta Floresta do Oeste, Ariquemes, Buritis, Cacoal, Cerejeiras, Costa Marques, Espigão do Oeste, Extrema, Guajará Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé e Vilhena, para a prestação de serviços de limpeza e conservação, em espaços internos e externos, utilizados no ambiente escolar por todos os atores que o integram, garantindo, assim, medidas de segurança sanitária, higienização dos espaços escolares regularmente, organização e controle na utilização dos banheiros/sanitários evitando-se aglomerações desnecessárias e com isso, cumprir os protocolos e planos operacionais vigentes.

CHAMADA PÚBLICA

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL Nº. 028/2022/CEL/SUPEL/RO

Empresa:

ARAUNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

I - DA TEMPESTIVIDADE

O juízo de admissibilidade do pedido é de competência exclusiva da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, que o exerce por meio de seus Pregoeiros habilitados, por esse motivo, nos reservamos no direito de não nos manifestarmos acerca do assunto.

II - DAS ALEGAÇÕES AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

A **ARAUNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.900.474/0002-21, estabelecida na Rua Quintino Bocaiuva, 1384 - Bairro Olaria – CEP 76.801-250 – Porto Velho - RO, de acordo com a legislação vigente em consonância com o edital supracitado vem, respeitosamente, à vossa presença, apresentar este pedido de esclarecimentos pelas razões a seguir:

Pedido de Esclarecimento 01:

- Insalubridade

A CCT inclusive está anexada ao TR impõe que a insalubridade seja em grau máximo de 40% para ambiente de Ensino Público, vejamos;

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INSALUBRIDADE

As empresas da categoria econômica pagarão adicional de Insalubridade aos trabalhadores que laborem na condição abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: aos trabalhadores que realizam higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação de estabelecimentos como: Aeroportos, Rodoviárias, Clubes, Lojas de Departamentos ou Magazines, Concessionárias de Veículos, Supermercados, Atacadistas, Fábricas, Shoppings, Praças, Espaços de Eventos, Instituições de Ensino Públicas e Particulares, Condomínios, Instituições Financeiras, órgãos da administração pública com atendimento direto ao público, órgão do poder Legislativo, Executivo e Judiciário, estabelecimentos que realizam treinamentos e cursos, Presídios, Hospitais, Maternidades, Postos de Saúde, Laboratórios e equivalentes, as empresas obrigatoriamente pagarão o adicional de insalubridade em grau máximo de 40% (Quarenta por cento)."

No entanto a composição de custos informada no TR foi adotada a alíquota de 10%
10% R\$ 1.212,00 R\$ 139,76"

- "C Adicional de Insalubridade

Assim solicitamos esclarecimentos sobre este percentual com divergência entre o adotado e o estipulado em CCT, qual deveremos seguir? As empresas ficarão amparadas legalmente perante as normas trabalhistas?

RESPOSTA 1

Para a CONTRATAÇÃO, foi realizado um estudo pelo setor de engenharia desta SEDUC-RO, em unidades escolares, resultando na elaboração do **LAUDO OFICIAL**, específico acostado aos autos (0033121673), o qual teve como **CONCLUSÃO**, o percentual de **10% (dez por cento)**, para insalubridade de grau mínimo, servindo de base para os cálculos de nossas planilhas. Desse modo, nossos cálculos obrigatoriamente seguem ao estabelecido no LAUDO OFICIAL, para o presente objeto. Quanto à CÁLCULOS, oriundo de outros percentuais, serão de responsabilidade exclusiva das empresas interessadas.

Pedido de Esclarecimento 02:

2 - Reajuste

O reajuste para mão de obra é feito através de repactuação dos valores frente às alterações na CCT, no TR não encontramos formas de repactuação.

Logo estamos chegando ao fim do ano, é provável que a Contratação se efetive no começo do ano, entretanto nesta data também é provável que novas condições sejam apresentadas na CCT 2023, tais como aumento de salário e outros benefícios.

A seguir o ocorrido na CCT 2022 teremos um aumento robusto nos custos, vejamos:

"CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

A todos os empregados da categoria profissional fica garantido um reajuste de 11,25% (onze vírgula, vinte e cinco por cento) sobre os salários vigentes na CCT 2021; abrangendo todos os Municípios e Distritos do Estado de Rondônia."

Com esta situação as empresas terão direito de repactuar os valores e manter as condições financeiras originais em seus contratos?

Imaginem uma Contratação acima de 15 milhões tendo como base nos custos o salário e este sofre um aumento de 10% no início da Contratação, certamente ficará um impacto acima de 1 milhão nos custos, pois quando ocorre aumento no salário temos reflexos na planilha toda, pois as demais verbas tem como base o salário.

Assim repetimos a pergunta, as empresas terão direito a repactuação já no início de 2023?

RESPOSTA 2

O Estado de Rondônia editou o **DECRETO Nº 25.829, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021**, que dispõe sobre o reajuste, repactuação e revisão de preços nos contratos da administração estadual direta e indireta, e revoga o Decreto nº 3.461, de 13 de outubro de 1987. Assim REPACTUAÇÃO:

Artigo 2º, XV, está definida como sendo "espécie de reajuste contratual a ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir; "

Artigo 7º, A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

§ 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

§ 2º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§ 3º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quanto forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 4º A repactuação de preços em razão de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Considerando que o objeto de contratação, tem como sustentáculo o inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, que assim preceitua:

Art.24. É dispensável a licitação:

IV- nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Posto isto, a previsão de **REPACTUAÇÃO**, no contexto, para um período de CONTRATAÇÃO, inferior a 01 (um) ano, não tem amparo legal.

Quanto ao que estabelece a CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE SALARIAL – “A todos os empregados da categoria profissional fica garantido um reajuste de 11,25% (onze vírgula, vinte e cinco por cento), sobre os salários vigentes na CCT 2021; abrangendo todos os municípios e distritos do Estado de Rondônia”. Temos a ESCLARECER que a Convenção Coletiva de Trabalho, será respeitada, de tal modo que consta nos autos a Informação 588 (0033354588), referentes ao exercício financeiro 2022; e abaixo, Declaração de Disponibilidade Orçamentária (0033355156), evidenciando a adequação para o exercício financeiro 2023.

Porto Velho, 24 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tabosa Neto**, Subgerente, em 24/11/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques Ramos**, Gerente, em 24/11/2022, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Judite de Almeida**, Gerente, em 24/11/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0033908686** e o código CRC **5D603A45**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0029.108867/2022-16

SEI nº 0033908686